

Mercado de trabalho brasileiro: uma visão prospectiva

Claudio Salm*

A perspectiva de uma ampla reestruturação produtiva tem dominado a formulação de juízos, normalmente pessimistas, a respeito da evolução do mercado de trabalho brasileiro.

Penso que pode ser útil apresentar um conjunto de variáveis que nós, economistas, levaríamos em conta para arriscar opiniões sobre o futuro do mercado de trabalho, ou seja, qual o marco analítico relevante. E, a seguir, fazer umas poucas considerações sobre alguns pontos polêmicos das conexões com os indicadores de desempenho do mercado de trabalho.

Uma discussão sobre possíveis trajetórias do mercado de trabalho supõe algum consenso a respeito de pelo menos três aspectos. Primeiro, sobre o objeto, i.é., qual a natureza do nosso mercado de trabalho? Segundo, quais os cenários mais prováveis dentro dos quais, ou conforme os quais, ele se moverá? E, finalmente, quais as variáveis determinadas e as variáveis determinantes que devemos privilegiar na discussão?

Quanto à natureza, ao contrário de há poucos anos atrás, hoje parece haver consenso de que temos um mercado de trabalho capitalista, se não plenamente constituído (onde existe?), pelo menos não muito diferente, em seu funciona-

mento, de outras experiências capitalistas, inclusive de economias desenvolvidas. Ou seja, não temos especificidades tão marcantes ou atrasos históricos tão significativos que tornem irrelevantes, para nós, os instrumentos convencionais da análise econômica. As mazelas que enfrentamos não decorrem de um capitalismo incipiente ou de dualidades profundas, mas do mau funcionamento de um capitalismo estropiado e que parece ter perdido o rumo.

Quanto às variáveis determinadas, definidoras da situação do mercado de trabalho, temos: nível de emprego, ou desemprego/marginalização; salário mínimo/salários de base; distribuição de rendimentos (diferenciação e segmentação); relações de trabalho, principalmente estabilidade versus rotatividade.

Para não dizer que não falei de flores, haveria que incluir as categorias "formal" versus "informal" ou "com carteira" versus "sem carteira", embora esteja cada vez mais convencido de que a importância dessas categorias não justifica a atenção que têm merecido por parte dos analistas. Acredito que o fascínio que exercem se deva, por um lado, ao peso da literatura tradicional sobre o assunto e, por outro, à disponibilidade de dados a respeito.

As variáveis independentes – ou determinantes – mais importantes podem ser divididas em três blocos. O primeiro, que chamo de **lado da oferta**, tem como variáveis o crescimento da PIA – População em Idade Ativa, as migrações rurais-urbanas e a participação feminina. Pode-se dizer que essas

* Professor e pesquisador do Instituto de Economia Industrial – IEI/UFRRJ.

pressões continuarão fortes, tendo porém como possíveis atenuantes a queda na fecundidade, que deve se refletir cada vez mais no crescimento da PIA (embora demógrafos alertem para uma nova "onda jovem"); a menor pressão migratória sobre os grandes centros urbanos em função da descentralização/interiorização das atividades; e a crescente demanda por escolaridade, que deve retardar a deterioração de nossa infra-estrutura física.

O segundo bloco, do lado da demanda, agrupa o padrão tecnológico (elasticidade produto-emprego dos setores produtivos, heterogeneidade); os requerimentos educacionais; a demanda do setor público, principalmente para atender nossas notórias carências no atendimento à saúde e à educação, mas também para recuperar a deterioração de nossa infra-estrutura física.

Mas é óbvio que o comportamento dessas variáveis de demanda vai depender do cenário macro-econômico escolhido. Duas ou três possibilidades, como estas que apresento a seguir, devem bastar.

Penso primeiro na alternativa da continuidade do que está aí, isto é, sem perspectivas de se retomar um crescimento sustentado. Os ingredientes seriam a compressão do gasto interno (consumo, investimentos, gasto público) em favor da exportação necessária à geração de saldos comerciais para o pagamento da dívida externa e correspondentes ajustes defensivos que se manifestam em crescente produtividade, mais por demissões que por difusão de novas técnicas de automação. Se a PIA seguir crescendo a altas taxas e a PEA – População Economicamente Ativa mais ainda, pela entrada precoce dos jovens, então a perspectiva só pode ser de desemprego crescente, em suas várias formas, e também de empobrecimento dos que trabalham.

Como concessão aos "terroristas", podemos imaginar um cenário pior ain-

da: estagnação sem qualquer reestruturação produtiva e com uma política de abertura comercial que destrua boa parte do que ainda somos capazes de produzir. Nesse caso a sociedade terá que bancar exportações que só se realizarão à custa de baixos salários e depredação do meio ambiente ("competitividade espúria", como bem denominou o saudoso Fernando Fajnsilber), e bancar também os segmentos mais parasitários de nossa burguesia e da burocracia pública e privada.

Mas podemos supor que sejamos capazes de superar as incertezas dos detentores de riqueza e raciocinar com um cenário de reestruturação produtiva, com recuperação dos investimentos e do crescimento, de forma que os encargos da dívida pesem progressivamente menos na receita de exportações e no gasto público.

As variáveis agrupadas no terceiro bloco são de cunho político-institucional. São aquelas que irão afetar o custo das contratações e das demissões: escopo dos contratos coletivos, encargos sociais etc.

Caberia acrescentar, neste contexto, que não acredito muito na eficácia das chamadas "políticas de emprego". Em um cenário de arrocho, é melhor garantir algum recurso para o seguro-desemprego. E em um cenário de crescimento, não é necessário uma política de emprego mas sim uma política social para os "inempregáveis".

Há, porém, alguns pontos polêmicos, a seguir observados.

Quanto à reestruturação produtiva e emprego. Sempre que surgem novas formas de automação, emerge o fantasma do desemprego "tecnológico". E sempre que as novas tecnologias se difundem, verifica-se que os temores eram infundados ou exagerados.

Desde a Primeira Revolução Industrial, os clássicos da Economia nos ensinaram, em primeiro lugar, que os efeitos negativos sobre o emprego, de-

correntes das novas formas de automação, podem ser compensados se a produção cresce mais que a produtividade. Em segundo lugar, que, se a produção cresce, uma diminuição do emprego na atividade que se moderniza pode ser compensada pela maior demanda de mão-de-obra nas atividades à "montante" e à "jusante" daquela. São os famosos efeitos para trás e para frente, ou efeitos indiretos. E agora, com a tendência à terceirização que acompanha a reestruturação produtiva e organizacional atual, a divisão social e regional do trabalho deve aumentar muito, com efeitos insuspeitados sobre o emprego. É claro que tal reorganização deverá diminuir as elasticidades produto-emprego (diretos), mas nada podemos dizer sobre o impacto global. Em terceiro lugar, se a produção cresce, crescem também as atividades do setor terciário necessárias à distribuição, financiamento e comercialização daquela produção maior. São os chamados "serviços funcionais".

Portanto, o que ameaça o nível de emprego, como um todo, não é a tecnologia, mas o nível da atividade econômica. E como este tende a ser mais débil quanto menos inovadora é a economia, do ponto de vista tecnológico (e vice-versa), conclui-se que o atraso tecnológico é muito mais prejudicial ao emprego que as inovações. Isso, quanto ao nível geral de emprego. Isso não significa dizer que os que trabalham em determinados setores – carvão na Inglaterra, por exemplo – ou em certas ocupações, como a de relojoeiro, não sofram as consequências das inovações tecnológicas. São situações dramáticas e de difícil solução. "Reciclagem" é uma bela resposta quando recomendada aos outros, mas desanimadora para cada um dos que se tornam obsoletos. Ainda assim, "reciclagem" custa caro e só tem sentido se a economia cresce e gera demanda por mão-de-obra "reciclada".

Quanto à rotatividade. A reestruturação produtiva não deverá aumentá-la, ao contrário do que se alega, já que entre nós sempre predominou uma elevada rotatividade (hoje se chama "flexibilidade numérica"). Existem evidências de que ela esteja diminuindo nas grandes empresas, seja por razões conjunturais, seja porque, depois de um longo processo de depuração, as empresas já estejam em condições de estabilizar seu corpo coletivo de trabalho.

Além disso alguma estabilidade no emprego é requisito fundamental para engajar os trabalhadores em programas de qualidade e produtividade.

Caberia registrar aqui uma certa resistência do nosso meio sindical em relação aos programas de reestruturação produtiva. O mal-estar decorre da observação do que acontece principalmente na Europa, onde os sindicatos vêm perdendo posições e conquistas, em função das novas exigências de flexibilidade. Não estou seguro de que tais temores se justifiquem entre nós pois, de um modo geral, nossas relações de trabalho não se caracterizam pela rigidez, nem quanto às demissões, como dissemos, nem quanto à flexibilidade chamada funcional. Pelo contrário, dado o atraso que marca nossas relações de trabalho, creio que a reestruturação entre nós terá que criar novos mecanismos de negociação e de presença de interlocutores no nível da planta, que podem representar avanços para o nosso sindicalismo.

Quanto à distribuição de renda e escolaridade. Depende fundamentalmente do crescimento e dos salários de base, fazendo com que o leque de remunerações da estrutura ocupacional se abra mais, ou não. Como aquela estrutura é hierarquizada por níveis educacionais – onde é simplesmente impossível separar o que se deve a credencialismo e o que se deve a requerimentos – tudo aparece como se a elevada correlação entre educação e rendimen-

tos elucidasse a questão e desse subsídios para políticas distributivas. Nesse sentido, os exercícios sobre educação e distribuição de renda têm sido de escassa utilidade.

Entretanto, já está sobejamente demonstrado que a reestruturação produtiva deverá elevar substancialmente os requisitos de escolaridade para todos

os segmentos da estrutura ocupacional, especialmente entre os trabalhadores diretos. Caso nossa rede pública de ensino se mostre incapaz de atender a esse novo perfil de demanda, certamente assistiremos a novas formas de segmentação, agora, creio, mais graves que as anteriores.

Recebido para publicação em 14/12/92.
Aprovado para publicação em 05/04/93.